

# “Renegociação será retomada após conclusão do plano macroeconômico”

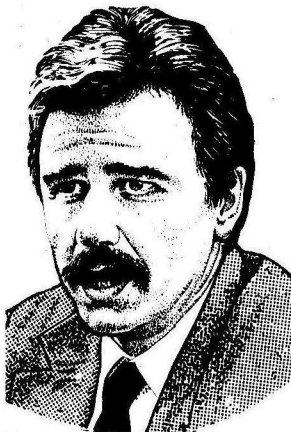
por Ângela Bittencourt  
de São Paulo

O governo brasileiro não deverá sentar-se à mesa para discutir a renegociação da dívida externa com os credores antes do final do mês de junho. O presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, disse a este jornal que o Brasil só volta a renegociar depois que o plano macroeconômico, que está em elaboração pela nova equipe econômica, estiver pronto e anunciado, o que acontecerá apenas no mês que vem.

Milliet explicou que essa decisão já foi comunicada ao comitê de assessoramento da dívida brasileira — comandado por William Rhodes, do Citibank — por telefone há alguns dias e que o comitê aprovou a decisão brasileira.

O presidente do BC voltou a dizer que não há um projeto específico para a conversão da dívida brasileira em andamento. O assunto continua sendo discutido dentro do BC, mas nenhuma decisão sobre o assunto fará parte de um plano mais amplo, do plano macroeconômico que está sendo elaborado pelo Ministério da Fazenda.

O plano — traçado pela Fazenda — prevê metas trimestrais de crescimento para a economia. De acordo com o presidente do BC, esse plano vai definir, entre outras coisas, qual deverá ser o crescimento da taxa de investimento do setor privado.



Fernando Milliet

Apenas depois de conhecido esse número é que o BC definirá quanto de recursos poderá ser atendido por empresas que já estão no País e qual volume poderá ser necessário vir de fora.

E dentro desse contexto, segundo Milliet, que o governo poderá incluir no plano geral para a economia um item regulamentando a conversão da dívida em investimento no País.

Essa nova regulamentação, que deverá ser anunciada futuramente, de acordo com a necessidade de financiamento do setor privado, não invalida a conversão de dívida que é atualmente permitida através da Carta Circular nº

1.125 do BC. A carta circular limita a conversão aos bancos credores. E, segundo dados da autoridade monetária, nos últimos quatro anos, cerca de US\$ 2 bilhões já permaneceram no País como capital de risco.

## EXPECTATIVA DOS CREDORES

Embora a perspectiva para a conversão da dívida esteja clara pelas palavras do presidente do BC, a expectativa da comunidade bancária internacional é de que esse processo de conversão possa ser acelerado. Comentava-se no mercado internacional nos últimos dias da semana passada que vários bancos certamente seguiriam os passos do Citibank — que ampliou consideravelmente suas reservas para se proteger de possíveis perdas com empréstimos aos países do Terceiro Mundo — para poderem livrar-se dos créditos nesses países, inclusive — ou principalmente — do Brasil, que está em moratória há três meses.

A expectativa dos bancos internacionais é vender a investidores os créditos, que, então, seriam convertidos em capital de risco. É exatamente nesse ponto que a discussão sobre a conversão da dívida emperra nos gabinetes do B.

A Carta Circular nº 1.125

não estende a possibilidade de conversão a terceiros, restringindo-a aos donos imediatos do crédito. Segundo alguns técnicos do governo que trabalham diretamente na área internacional e que acompanham as negociações externas há várias gestões na presidência do BC observam que ainda não há consenso de que é positivo para o Brasil permitir a conversão por terceiros.

Mas esse é o desejo dos bancos internacionais, que chegaram até a especular sobre a possibilidade de o Japão adquirir parte significativa dos créditos do Terceiro Mundo, com a reciclagem de cerca de US\$ 29,5 bilhões. Colocar esse dinheiro para fora do país é para os japoneses uma forma de evitar uma crise interna provocada por uma reversão do quadro superavitário da balança comercial.

Ocorre que o governo japonês já decidiu que cerca de 90% desses recursos que serão destinados ao Terceiro Mundo serão repassados através de entidades como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, o que significa, na prática, que os países a receber o apoio — em dólares — do Japão deverão estar com suas economias enquadradas dentro das diretrizes estabelecidas por esses organismos internacionais. E o Brasil ainda não se enquadrou.